

# O GENERAL ANTÓNIO XAVIER CORREIA BARRETO E A "JOVEM TURQUIA": CONTRIBUTOS PARA AS COMEMORAÇÕES DO CENTENÁRIO DA REPÚBLICA



*David Miguel Pascoal Rosado (\*)*  
*Capitão de Administração Militar*

## ABSTRACT

This article is about the life and work of General António Xavier Correia Barreto, one of the main figures who contributed to the creation of the Portuguese Republic on October 5, 1910. 2010 is the centenary of the Portuguese Republic and there will be many forms of celebration, and it will also be an opportunity to encourage the younger generations to consider their duties of citizenship and social participation concerning republican ideals and the development of Portugal.

General Correia Barreto was one of the most distinguished military figures of Portugal. He was a symbol of the defence of Democracy and of the Republic itself. He was also the inventor of Gunpowder Barreto, a smokeless gunpowder of excellent quality which gave scientific and financial prestige to Portugal. He held positions as diverse as the Director of the Arsenal of the Army, Commander of 1<sup>st</sup> Division of the Army, General Commander GNR, Mayor of Lisbon, Minister of War and President of Senate.

He was known for his charisma, competence and unquestionable dedication to the Republic and its cause. The founder of Pupilos do Exército was also known

---

(\*) Doutor em Sociologia (2008), Mestre em Ciência Política – Cidadania e Governança (2001) e Licenciado em Ciências Militares, na especialidade de Administração Militar (1998). Entre outros cursos, está habilitado com o Curso Avançado de Gestão Pública (CAGEP). Professor das unidades curriculares de Contabilidade de Gestão, Fiscalidade, Gestão Estratégica e Tática de Administração Militar I. É membro do CINAMIL e Vice-Presidente da Associação dos Pupilos do Exército (APE).

for his connection to Masonry and to "*Jovem Turquia*" which contributes to a better perception of the early days of the Portuguese Republic.

**Keywords:** Centenary of the Portuguese Republic, General António Correia Xavier Barreto, Jovem Turquia, Masonry, Gunpowder Barreto, First Portuguese Republic, Pupilos do Exército.

## RESUMO

No ensejo de se evocar uma das principais figuras que contribuíram para a implantação da República Portuguesa em 5 de Outubro de 1910, este artigo recorda a vida e a obra do General António Xavier Correia Barreto. A comemorar em 2010, o Centenário da República Portuguesa originará múltiplas formas de celebração, pelo que estas linhas constituem não só um ponto de partida atinente a esse desígnio, mas também uma oportunidade para convidar as gerações mais jovens a reflectirem sobre a cidadania, as aspirações e os desígnios da participação social em favor dos ideais republicanos e do desenvolvimento de Portugal.

O General Correia Barreto foi um dos mais insígnies militares que este País teve e, acima de tudo, foi um símbolo da defesa constante da Democracia e da própria República. Inventor da *Pólvora Barreto*, uma pólvora sem fumo de óptima qualidade e que tantos méritos científicos e elevada economia de recursos financeiros concedeu a Portugal, desempenhou cargos tão diversos como Director do Arsenal do Exército, Comandante da 1.<sup>a</sup> Divisão do Exército, Comandante-Geral da GNR, Presidente da Câmara Municipal de Lisboa, Ministro da Guerra e Presidente do Senado.

Conhecido pelo seu carisma, competência e indubitável dedicação à causa republicana, o Fundador dos Pupilos do Exército ganhou mesmo "*uma aura de fiel da República*", posicionando-se como o "*natural Presidente do Senado e do Congresso*". Conhecida a sua relação com a Maçonaria – descrita de forma transversal em várias fontes – é então útil que se consolide também neste brevíssimo apontamento uma abordagem à "*Jovem Turquia*", enquanto contributo para uma mais fundamentada percepção sobre os primeiros tempos da República Portuguesa.

**Palavras-Chave:** Centenário da República Portuguesa, General António Xavier Correia Barreto, Jovem Turquia, Maçonaria, Pólvora Barreto, Primeira República, Pupilos do Exército.

## 1. O MILITAR, O POLÍTICO E O PEDAGOGO: A CONSTRUÇÃO DA IMPARCIALIDADE

*"Dez bons Soldados sabiamente liderados,  
vencerão rapidamente cem Soldados que não tenham liderança."*

Eurípides (Royal Military Academy, 1994, p. 35)

O General António Xavier Correia Barreto nasceu em Lisboa a 5 de Fevereiro de 1853 e faleceu em Sintra a 15 de Agosto de 1939. A vida e o percurso profissional deste militar de carreira, pelos seus detalhes preciosíssimos e notória complexidade, ocupam um lugar próprio na nossa Sociologia e História militares. Observando amplamente o contexto político da sua época, podemos dizer que se tratou de um personagem inconformado entre os seus pares, atento às evoluções que se faziam sentir em Portugal e no mundo. Como cidadão, sabemos que manifestou constantes preocupações com as modificações científicas, pedagógicas e sociais que então ocorriam na sociedade portuguesa. E de facto, é conscientes daquilo que é a sua memória e o seu tributo, que afirmamos com segurança que esta foi uma figura ímpar no contexto político e militar nacional da época.

Sabemos que assentou praça como voluntário aos dezassete anos de idade no Regimento de Infantaria 16, tendo aí ficado a prestar serviço como Soldado do dia 2 de Abril de 1870 até 2 de Junho de 1874, data em que foi promovido a Alferes-Aluno da Arma de Artilharia, sendo posteriormente colocado no Regimento de Artilharia 1. Durante esse período de tempo e mediante autorização por si requerida, continuou os seus estudos na área das ciências físico-químicas, tendo para esse efeito frequentando a Escola Politécnica. Formou-se nessa instituição com 21 anos de idade, no fim do ano lectivo de 1873/74.

Como corolário da sua promoção, há a referir que se matriculou em Outubro de 1874 na Escola do Exército para frequência do Curso de Artilharia, sendo que ainda como Alferes-Aluno,<sup>1</sup> Correia Barreto deu ao prelo a sua primeira publicação

---

<sup>1</sup> A ascensão na hierarquia militar por parte de Correia Barreto pode considerar-se rápida, mesmo tendo em conta algumas perturbações pontuais: 2.º Tenente, em 1877; 1.º Tenente, em 1880; Capitão, em 1884; Major, em 1900; Tenente-Coronel, em 1906; Coronel, em 1909; General, em 1914. Cfr. Arquivo Histórico Militar. *Processo Individual de António Xavier Correia Barreto*, folhas não numeradas.

no campo da Química (Simões, 1892), os *Elementos de Chimica Moderna. Contendo as suas principaes applicações para uso nos lyceus (...) Aprovado pelo Govêrno*, e que veio a ter seis edições, a última das quais em 1889. Tratava-se de um manual que se enquadrava em duas perspectivas: a de discípulo e a de veneração maçónica. Era dedicado a António Augusto de Aguiar, o seu "*prezado mestre e amigo*", professor da Escola Politécnica e maçom que desempenhou grande actividade de propaganda republicana, nomeadamente enquanto Grão-Mestre do Grande Oriente Lusitano Unido (CML/CMT, 2004, p. 3).

Directa e indirectamente, Correia Barreto esteve ligado à vertente educativa desde o início da sua carreira. O seu interesse pela pedagogia e pela ciência, levou-o a ser nomeado em 29 de Janeiro de 1880 para uma comissão destinada a elaborar e indicar os livros que deveriam ser usados nas Escolas Regimentais, funções essas que conduziram à atribuição do seu primeiro louvor, no ano em 1888, "*pelo zelo, inteligência e dedicação com que se houve no desempenho da Comissão incumbida de elaborar os compêndios de textos para o ensino nas Escolas Regimentais*".<sup>2</sup> Infelizmente, perdeu-se quase toda a memória relativa às suas colaborações na Biblioteca das Ideias Modernas. Mas é verdade que esse testemunho não se perdeu completamente, e ainda hoje podemos encontrar algumas traduções da sua autoria. Mesmo sendo obras de âmbito técnico e científico, é de referir que conseguimos denotar, sem dificuldade, a permanente e vincada influência republicana nos seus escritos (entre outros, ver Pinto, 2003, p. 24).<sup>3</sup>

É sabido que Correia Barreto era um militar que preferia o trabalho de laboratório à redutora vivência quotidiana dum Regimento. Com efeito, são duas

---

<sup>2</sup> Refira-se que o trabalho desta comissão é sistematizado em 1892 quando a recém criada Sociedade de Geografia de Lisboa decide organizar a delegação portuguesa ao Congresso Pedagógico Hispano-Português-Americano e inclui José Estêvão de Morais Sarmento com uma comunicação intitulada *As Escolas Regimentais em Portugal*.

<sup>3</sup> Com efeito, nas últimas páginas das publicações dessa colecção, encontra-se mesmo publicidade a outras colecções de pendor republicano, sendo que tal circunstância é demonstrativa das relações políticas do então Tenente de Artilharia, que desde muito cedo professou ideais republicanos. Os números 3 e 7 dessa colecção são traduções de Correia Barreto, ambas de 1883, nomeadamente de Wurtz, *A Teoria Atómica na Concepção Geral do Mundo*, e de Saint-Robert, *O que é a Força*. No mesmo ano e na mesma colecção, Correia Barreto traduz ainda *A Natureza dos Elementos Chimicos*, de Berthelot. Esta edição merece-nos uma atenção especial por duas razões: em primeiro lugar, o tradutor redige um capítulo, numa das matérias de maior vanguarda para a época; em segundo lugar, porque o autor era, à data da publicação desta tradução, o Presidente da *Commission des Substances Explosives* francesa, instituída por Decreto de 14 de Junho de 1848 e organizada por outro Diploma de 23 de Julho do mesmo ano. Berthelot desempenhará essas funções mesmo depois de uma remodelação da comissão em 31 de Dezembro de 1882.

as vertentes que assumem maior relevo na sua vida social e profissional: a sua atitude científica e a sua permanente luta pelos ideais democráticos. Há que salientar que até à implantação da República, Correia Barreto não foi uma figura castrense de notoriedade excepcionalmente reconhecida entre os seus pares.

Com efeito, nota-se pelo anterior disposto que a sua carreira militar foi antes concretizada no campo da ciência – tal como José Nunes Gonçalves e Carlos Augusto Vergueiro – e não pela regular e limitativa prática regimental. De facto, não é até surpresa que Correia Barreto tenha feito quase todo o seu percurso hierárquico administrando uma invenção que lhe conferira uma posição supra militar. Em abono da verdade, este Oficial era dos poucos militares que criara, através da sua capacidade científica, uma imagem de prestígio que extravasava o adstrito âmbito militar, não muito comum em homens de armas.

Mas esta importância individual vai muito mais longe do que à primeira vista pode parecer. Na verdade, a sua invenção bélica explanou-se como muito mais do que apenas um produto químico: foi uma vitória científica nacional, que criou condições para a propaganda científica republicana e inclusivamente ajudou a Carbonária com o seu saber técnico, através da sua perícia em explosivos (Carrilho, 1985). Concorrem também para este prestígio científico os sentimentos patrióticos do próprio Oficial, no sentido em que entrega generosamente uma invenção de sucesso, uma pólvora sem fumo, tal e qual Portugal se tratasse de um reino rico e desenvolvido. Este crédito científico assumiu um crescendo cada vez maior e, na década de 1890, surgiram diversas notícias publicadas sobre a temática.<sup>4</sup>

Recordemos também que como Capitão, Correia Barreto foi nomeado Director do Laboratório Químico dos Estabelecimentos Fabris do Exército, Director da Fábrica de Pólvora Sem Fumo, membro de uma comissão encarregada de proceder ao estudo e escolha de equivalentes alimentícios para as designadas rações de

---

<sup>4</sup> Recordemos, nesta parte, a disputa entre Correia Barreto e Mendonça Cortez. Em 1893, Luís Mardel não tinha qualquer dúvida sobre a troca de galhardetes entre estes intervenientes, na medida em que o segundo nunca se tinha interessado pela Química e questionava a razão de agora um Ministro Honorário se interessar e dedicar ao estudo da pólvora sem fumo. Sem dúvida, estava-se perante um campo de investigação promissor, mas há que dizer que a imprensa especializada acompanhava atentamente esta disputa e, efectivamente, nunca conferiu grande credibilidade às descobertas de Mendonça Cortez. Quando foi noticiado que Mendonça Cortez iria produzir pólvora para uma expedição a Moçambique, para seu infortúnio uma outra notícia veio a público, desta feita com a descrição de que tinham ocorrido acidentes em armas que testavam esta pólvora. Esta situação só reforçou e capitalizou o prestígio de Correia Barreto, até porque foi publicada no estrangeiro, nomeadamente em Espanha.

combate, bem como membro de uma outra comissão destinada a proceder à escolha de um novo modelo de arma ligeira a adoptar pelas tropas de Infantaria. Enquanto Major do Estado-Maior de Artilharia, continuou no cargo de Director da Fábrica de Pólvora e desempenhou, concomitantemente, as seguintes funções:<sup>5</sup>

- Vogal da Comissão de Explosivos;
- Vogal da Comissão encarregada de formular as condições de arrematação de fornecimento de matérias primas e artigos manufacturados destinados ao fardamento das praças de pré;
- Relator da Comissão Permanente do Contencioso em matéria de fornecimentos militares.

Com o posto de Tenente-Coronel é nomeado Vogal Relator do Conselho de Administração da Manutenção Militar e do Depósito Central de Fardamentos. Entre outros cargos administrativos, assume ainda as funções de Presidente da Comissão de Experiências de Artilharia. Já com a patente de Coronel, Correia Barreto é nomeado Vogal da Comissão encarregada de elaborar o projecto de adaptação do edifício de Santa Engrácia para o estabelecimento duma oficina mecânica de calçado. Foi ainda Presidente da Comissão encarregada de estudar as alterações a introduzir em vasto material militar com vista a acelerar o tiro e a facilitar a sua utilização em posições encobertas. Sublinhe-se que esta foi uma das primeiras vezes que em Portugal se estudaram meios e técnicas de combate com base em posições entrincheiradas, que tanto viriam a marcar a I Guerra Mundial (APE, [s.d. a]).



Fonte: *Ilustração Portuguesa*, 30 de Janeiro de 1911

**Figura 1** - Correia Barreto é aclamado ao passar revista aos grupos voluntários reunidos no Terreiro do Paço<sup>6</sup>

<sup>5</sup> Cfr. Arquivo Histórico Militar. *Processo Individual de António Xavier Correia Barreto*, folhas não numeradas.

<sup>6</sup> Resultado de um apelo geral, estes voluntários receberam instrução militar e pretendia-se que fossem um braço cívico das instituições republicanas na luta contra eventuais movimentos monárquicos.

É de recordar que Correia Barreto militou sempre no Partido Republicano Português, de cujo Directório fez parte. A todo o tempo relacionado com as comissões técnicas e com o fabrico da pólvora que inventara, foi nomeado Ministro da Guerra do Governo Provisório da República, tendo optado, desde logo, por uma maior intervenção no cenário político. E nessa perspectiva, a reforma abrangente das Forças Armadas que efectuou em 25 de Maio de 1911, merece-nos um destaque muito especial. A republicanização do Exército, apanágio do Governo provisório, rende a Correia Barreto os aplausos dos seus concidadãos mediante a constatação do choque evidente com a hierarquia militar: *"O sr. Ministro da guerra tem o seu melhor elogio no ódio que lhe votam os 'thalassas', não lhe perdando ter conseguido o que eles nunca conseguiram – inventar uma pólvora – e ter feito elaborar uma lei de recrutamento genuinamente democrática"* (Relvas, 1977, p. 105).

É nessa reforma que, como que em anexo e publicada no mesmo dia, surge a criação dos Pupilos do Exército (com a designação própria de *Instituto Profissional dos Pupilos do Exército de Terra e Mar*) como parte integrante da *Obra Tutelar e Social do Exército de Terra e Mar*. Na verdade, esta reforma foi uma das principais medidas práticas do programa político do Governo Provisório (Pinto, 2000).



Fonte: Rosado, 2008, p. 570

**Figura 2** - Os primeiros 40 alunos do Instituto Profissional dos Pupilos do Exército de Terra e Mar, com o primeiro Director, o Fundador e Professores em 25 de Maio de 1912

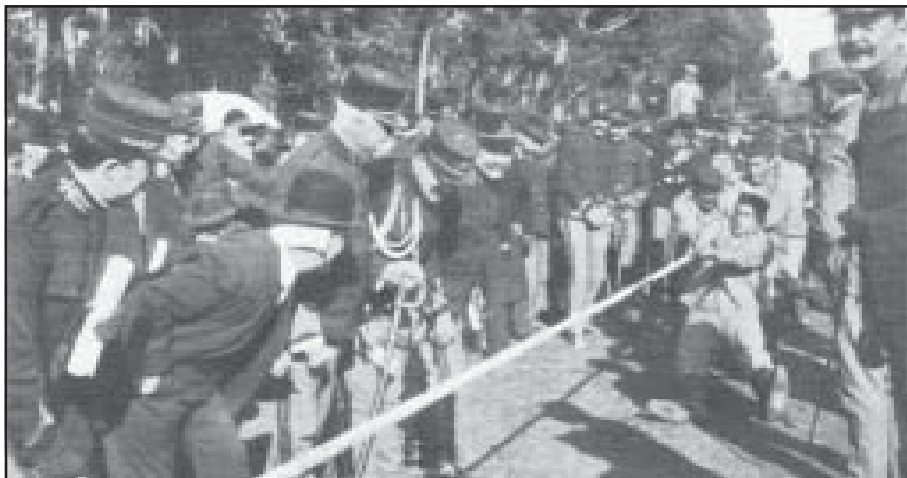
Estamos certos que a Educação foi um factor fundamental na sua actividade reformista. A instituição do serviço militar obrigatório, com o objectivo de dar uma formação cívica de base a todos os cidadãos adultos do sexo masculino, constituiu-se como uma dessas medidas. O pensamento de Correia Barreto em relação à Educação está explicitado naquilo que afirmou em 1914, no Senado: "*O Exército é hoje, por assim dizer, a única escola de educação cívica, onde o mancebo, a par da instrução militar, recebe noções dos seus deveres de cidadão, de modo que, quando a praça regressa a sua terra, não só compreende os seus deveres cívicos, mas é um propagandista das ideias e princípios que lhe incutiram no regimento*". Para este republicano, era essencial educar as classes mais baixas, doutrinando-as como futuros exemplos republicanos e tornando-as a base social de apoio à República (CML/CMT, 2004, p. 7).

Mas promoveu-se também uma aproximação entre o povo e o Exército, no respeito pelo efectivo cumprimento do serviço militar obrigatório, a existência de um sistema escolar de que os recrutas beneficiavam, as escolas de repetição e, no fundo, a criação de uma imagem de "*escola de moralização*". A criação de escolas primárias em todos os Regimentos, as *Escolas de Regimento* ou *de Corpo*, possibilitou a existência de mecanismos de instrução para os recrutas e para os cidadãos em situação de reserva, desenvolvendo uma filosofia de serviço militar muito próximo do modelo suíço, valorizando-o enquanto continuação da escola primária. Será até justo afirmar que grande parte do seu prestígio além do atinente ao domínio estritamente científico, adveio dessa corajosa reforma militar e educacional que levou a efeito (Marques, 1991, p. 444).<sup>7</sup>

É oportuno referir que Correia Barreto foi Ministro da Guerra no período de 1912 a 1913 e, mais tarde, no ano de 1922. Nesta nova nomeação para a Pasta da Guerra, exerceu o cargo de 6 de Fevereiro a 30 de Novembro do mesmo ano, data em que foi exonerado a seu pedido. Mas devemos sublinhar que antes, nomeadamente em Dezembro de 1913, assumiu as funções de Senador. Regressado a funções militares após o segundo período em que foi Ministro da Guerra e mantendo o posto de Coronel, foi Comandante do Regimento de Artilharia 1 (primeira Unidade de colocação dentro da Arma a que pertencia), Vogal do Júri

---

<sup>7</sup> A situação das Forças Armadas em Portugal era bastante desprestigiante, devido principalmente à falta de treino das tropas e dos comandos, assim como falta de material e deficiente estruturação das carreiras. Nomeou José Estêvão de Morais Sarmiento para dirigir essa reforma, sendo que seria especialmente na falta de material que a acção de Correia Barreto se mostraria mais relevante, quer pela invenção da Pólvora Barreto, quer pelas comissões onde esteve inserido.



Fonte: *Ilustração Portuguesa*, 30 de Janeiro de 1911

**Figura 3** - *Correia Barreto assistindo a provas e exercícios de ginástica da Guarnição de Lisboa*<sup>8</sup>

de Exames para Major de Artilharia e Membro de Júri do Concurso Nacional de Tiro. Viria ainda a comandar interinamente a 1.<sup>a</sup> Divisão do Exército, entre 2 de Novembro e 17 de Dezembro de 1913, data em que lhe foi concedida autorização especial para poder assumir as funções de Senador.<sup>9</sup> Sendo Presidente da Comissão Administrativa do Concelho de Lisboa, é Presidente da Câmara Municipal de Lisboa entre 1913 e 1914, retornando à sua carreira castrense a 27 de Fevereiro de 1914.



Fonte: Centro de Documentação e Memória da APE

**Figura 4** - *Correia Barreto acompanha Teófilo Braga aquando da sua apresentação à multidão depois de ter sido eleito Presidente da República em 29 de Maio de 1915*

<sup>8</sup> Parte da sua Reforma das Forças Armadas assentava numa nova noção de educação aplicada ao serviço militar que implicava o exercício físico.

<sup>9</sup> Cfr. Arquivo Histórico Militar. *Processo Individual de António Xavier Correia Barreto*, folhas não numeradas.

Na vertente castrense, é interessante recordarmos que a sua chegada ao topo da hierarquia militar não está isenta de observações. Com efeito, tendo sido, por várias vezes, reprovado em promoções, não foi promovido à patente de Major devido a "*fraco perfil militar*".<sup>10</sup> Aliás, em 1914, há que referir seria à margem daquilo que era o costume militar corrente que alcançaria as estrelas de Oficial General (Pinto, 2002), na medida em que foi pelo braço político que atingiu o topo da carreira militar (nomeação directa pelo Presidente da República, Manuel de Arriaga) e não pelo voto tradicional e castrense de seus pares.

Com esta nova patente desempenhou, entre outros, os seguintes cargos: Comandante da 1.ª Divisão do Exército, por duas vezes; Presidente da Comissão Técnica de Fortificações; Director do Arsenal do Exército, por três vezes; Presidente da Comissão encarregada de proceder à elaboração de um novo Regulamento do Arsenal do Exército; Comandante-Geral da Guarda Nacional Republicana; Presidente da Comissão encarregada da organização do Exército; Vogal do Júri de Exame de candidatos ao posto de General, por diversas vezes; e Vice-Presidente da Comissão criada para o estudo da forma de coordenar num só Diploma tudo o que tinha sido legislado sobre Instrução Militar Preparatória, com vista ao seu desenvolvimento e aperfeiçoamento (Dias, 2003, p. 15).

Recordemos igualmente que, sendo eleito Presidente do Senado no ano de 1915, também ocupava esse cargo em 28 de Maio de 1926, nomeadamente quando o Congresso foi encerrado. Reconhece-se que a sua presidência foi pautada principalmente pela imparcialidade: Correia Barreto era o Presidente de todos os Senadores. E tendo sido Presidente do Congresso, candidatou-se também à Presidência da República em 1915, tendo ficado em segundo lugar.<sup>11</sup>

---

<sup>10</sup> Cfr. Arquivo Histórico Militar. "Actas do júri de exame ao posto de Major" in *Processo Individual de António Xavier Correia Barreto*, folhas não numeradas

<sup>11</sup> Esta eleição para a Presidência da República, decorreu na sessão especial do Congresso, realizada em 6 de Agosto de 1915, dois meses (60 dias) antes do termo do período presidencial anterior, por imposição do artigo 38.º da Constituição de 1911. Na primeira votação votaram 189 congressistas, tendo os votos sido assim distribuídos: Bernardino Luís Machado Guimarães 71 votos, António Xavier Correia Barreto 44 votos, Abílio de Guerra Junqueiro 33 votos, Duarte Leite Pereira da Silva 20 votos, Augusto Alves da Veiga 4 votos, Pedro Martins 1 voto, José Caldas 1 voto, Listas brancas 15. Como nenhum dos cidadãos votados obteve o número de votos necessários, procedeu-se a novo escrutínio, que conduziu ao resultado seguinte: Bernardino Machado 75 votos, Correia Barreto 45 votos, Guerra Junqueiro 30 votos, Duarte Leite 19 votos, Alves da Veiga 2 votos, Listas brancas 12. Como nenhum dos votados obteve a maioria de dois terços, procedeu-se então a nova eleição entre os dois elementos mais votados, em que Bernardino Machado obteve 134 votos e Correia Barreto 18 votos, com 27 listas inutilizadas.

Numa segunda candidatura ocorrida em 1919, ficou então em quinto lugar.<sup>12</sup>

O percurso político do General Correia Barreto é revelador de um personagem incansável na defesa dos ideais republicanos, que foi inevitavelmente preso aquando do sidonismo e recuperado para os governos após a "*noite sangrenta*" (CML/CMT, 2004, p. 9).<sup>13</sup> Curiosamente, ganhou mesmo "*uma aura de fiel da República*", posicionando-se como o "*natural Presidente do Senado e do Congresso*" (Pinto, 2000, p. 56). Depois de passar à situação de reforma em 1923,<sup>14</sup> por limite de idade, retirou-se para Sintra, onde viria a falecer treze anos depois, com 86 anos de idade. Não deixando herdeiros, as suas condecorações, louvores e farda, foram entregues à guarda dos Pupilos do Exército, onde ainda hoje se encontram. A Câmara Municipal de Lisboa prestou-lhe homenagem atribuindo o seu nome a uma avenida em Lisboa, nas freguesias de Benfica, São Domingos de Benfica e Campolide, contígua à Escola que fundou, o actual Instituto Militar dos Pupilos do Exército (IMPE).

Do rol de condecorações e distinções conferidas a António Xavier Correia Barreto, podemos destacar as seguintes (Rosado, 2008, p. 59):

- Grau de Oficial da Real Ordem Militar de São Bento de Aviz, em 1894;
- Medalha Militar de Prata de Comportamento Exemplar, em 1902;
- Medalha Militar de Prata da Classe de Bons Serviços, em 1902.
- Comendador da Real Ordem de São Bento de Aviz, em 1905;

---

<sup>12</sup> Sabe-se que António José de Almeida foi eleito Presidente da República na sessão do Congresso de 6 de Agosto de 1919, ao fim do terceiro escrutínio. No primeiro, entraram na urna 181 listas, tendo-se obtido o seguinte resultado: António José de Almeida 87 votos, Manuel Teixeira Gomes 12 votos, Afonso Costa 3 votos, Azevedo e Silva, Duarte Leite, Magalhães Lima e Correia Barreto, todos com um voto cada, Listas brancas 2. No segundo, entraram na urna 179 listas e o resultado foi o seguinte: António José de Almeida 93 votos, Manuel Teixeira Gomes 83 votos, Listas brancas 2, sendo que uma lista com o nome de António Teixeira Gomes não foi considerada. Finalmente, no terceiro escrutínio, com 167 listas entradas, António José de Almeida obteve 123 votos, Manuel Teixeira Gomes 31 votos, com 13 listas brancas. Tomou posse em 5 de Outubro daquele ano, prestando naquela data o seu compromisso de honra perante o Congresso.

<sup>13</sup> Com efeito, durante o período Sidonista, Correia Barreto foi afastado da Direcção do Arsenal do Exército e preso. A sua ligação à Maçonaria (Grão-Mestre da Maçonaria em Agosto de 1912) e à Carbonária justificou essa prisão. Após o assassinato de Sidónio Pais, Correia Barreto voltou ao Senado e em 1922 foi nomeado Ministro da Guerra.

<sup>14</sup> Através de uma lei especial, continuou a desempenhar as funções de Director do Arsenal do Exército, até meados de 1926. Após o 28 de Maio de 1926, deixou de exercer qualquer actividade política.

- Louvor atribuído por D. Carlos, em 1908;<sup>15</sup>
- Grande Oficial da Ordem Militar de Aviz, em 1919;
- Medalha Militar de Ouro de Comportamento Exemplar, em 1919;
- Grã-Cruz da Ordem Militar de Santiago da Espada, em 1919;
- Grã-Cruz da Ordem Militar de Aviz, em 1920;
- Grã-Cruz da Ordem de Mérito Militar de Espanha, em 1922.



**Figura 5** - Correia Barreto e Moraes Sarmento na Escola Militar, antecessora da actual Academia Militar <sup>16</sup>

**Fonte:** Ilustração Portuguesa, 14 de Novembro de 1910

<sup>15</sup> No documento oficial, pode ler-se que foi louvado "(...) pela maneira distinta, inexecdível, e pelo muito saber profissional como dirigiu os trabalhos de ampliação da Fábrica de Pólvora em Chelas." Refira-se que antes, em 31 de Dezembro de 1897, também já havia sido louvado por serviços prestados no âmbito da Fábrica de Pólvora, nomeadamente "(...) pela muita inteligência, zelo e dedicação empregados na boa e racional disposição das oficinas da Fábrica de Pólvora Sem Fumo, e escolha de aparelhos e máquinas para a mesma fábrica".

<sup>16</sup> Mais uma vez, juntos, os dois militares que haviam estado nos anos oitenta do século XIX no desenvolvimento das Escolas Regimentais.

## 2. A OBRA DE CIENTISTA E A CRIAÇÃO DA PÓLVORA BARRETO

*"Peço, pois, ao Sr. Ministro da Guerra, que entre 6.000.000 de habitantes é o único que tem a Gran-Cruz da Ordem de Santiago, dada ao mérito literário, artístico e científico, que, como homem de ciência que é, pese bem na sua alta sabedoria que num regime democrático como o nosso estas leis de excepção não podem existir, e principalmente quando à sombra dessas leis se praticam verdadeiras iniquidades."*

Ramos de Miranda, na Sessão do Senado de 5 de Maio de 1922 (apud Pinto, 2002, p. 11)

Num panorama de desenvolvimento e de desafios científicos ao nível da Química que se faziam sentir na Europa,<sup>17</sup> o Director da Arma de Artilharia, General João Manuel Cordeiro, incumbiu em 1889 o então Capitão Correia Barreto de estudar o fabrico de uma pólvora sem fumo<sup>18</sup> destinada ao carregamento das armas portáteis e das bocas de fogo nacionais. Refira-se que até 1846, época em que Schoenbein fez convergir a atenção para o *Algodão Pólvora*, empregava-se quase exclusivamente no carregamento de armas, a pólvora comum (Vargas, 1998).

Os acidentes registavam-se com frequência, originados pela tentativa de substituir o salitre por outras substâncias oxidantes. Na tentativa de obter uma resolução para esta situação, no ano de 1863 o químico sueco Alfred Nobel começou a fazer uso da nitroglicerina e, em 1887, apresentou uma pólvora sem fumo que logo foi empregue nas armas do Exército Italiano. Todavia, a *Pólvora Dinamite Nobel*, como ficou conhecida, apresentava a desvantagem de originar elevadas temperaturas no interior das armas, sendo que em outros países da Europa tentaram-se diferentes fórmulas, mas com idênticos resultados.

Como Portugal não tinha uma fórmula para fabricar a sua própria pólvora, encontrava-se na dependência do *trust* Nobel, contribuindo com a sua quota

---

<sup>17</sup> Recordemo-nos que a Nitroglicerina tinha sido descoberta pelo Químico Italiano Ascanio Sobrero em 1846, e que focado nesse material, em 1863, Alfred Nobel tinha começado a realizar experiências relevantes para a produção de pólvoras sem fumo.

<sup>18</sup> A nitrocelulose é a base da pólvora sem fumo. O algodão nitrificado arde sem resíduos, e em vez de se consumir por camadas concêntricas, consome-se em superfícies paralelas. Esta pólvora, não produzindo fumos, não deixa resíduos nas armas e apresenta a vantagem de permitir elevadas velocidades iniciais do projectil com pressões interiores relativamente fracas.

para a fabulosa fortuna do químico sueco. É nesta sequência que João Cordeiro, apercebendo-se da situação económica e do potencial científico do então Capitão Correia Barreto, incumbem-o de estudar o fabrico de uma pólvora sem fumo. Após porfiados estudos, os resultados surgiram e, em 1892, o produto final foi apresentado: tratava-se de uma pólvora de óptima qualidade, com excelentes resultados nos ensaios e mesmo superior aos produtos similares – a *Cordite Inglesa* e a *Balistite Italiana*. Passaria a designar-se como *Pólvora Barreto* (Rosado, 2008).<sup>19</sup>

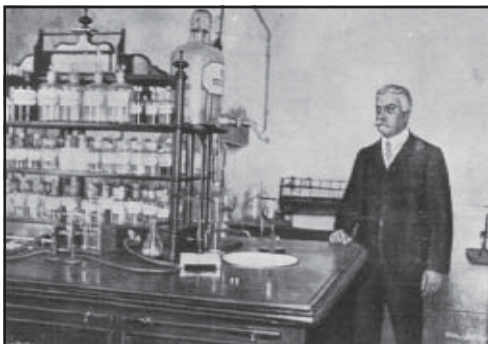
Luís Mardel, na sua obra *Pólvoras e Explosivos Modernos*, faz referência, em 1893, a esta descoberta: "*A pólvora denominada Barreto, devida ao distinto oficial do nosso exército, o capitão de artilharia, sr. Correia Barreto, muito conhecido pelos seus estudos químicos, é uma pólvora sem fumo que tem por base a nitrocelulose sem dissolvente, preparada por um processo especial que ignoramos; é translúcida e ligeiramente amarelada quando cortada em lâminas delgadas*" (apud Pinto, 2002, p. 26).

Testada com sucesso, mas com a concorrência de outros países que também trabalhavam acerrimamente no intento de obter um produto análogo, Correia Barreto, não satisfeito com os resultados alcançados e após novas investigações, obtém um outro tipo de pólvora contendo apenas nitrocelulose. Os desenvolvimentos não se fizeram esperar e, obtida a fórmula, havia que fabricar a pólvora. No ano de 1896 já estava escolhido o local destinado à instalação de uma fábrica de pólvora sem fumo: Chelas. Sob a direcção do louvado inventor do produto, que também a instalou, a inauguração da *Fábrica de Pólvora de Chellas* realizou-se no dia 14 de Março de 1898, o que permitiu assim uma supervisão directa e técnica sobre todo o processo por parte de Correia Barreto. A fábrica tinha uma capacidade instalada para produzir anualmente 30t de nitroglicerina e 40t de nitrocelulose, fazia o carregamento de 60.000 cartuchos de armas portáteis por dia e fabricava ainda as munições e as caixas dos cartuchos.

---

<sup>19</sup> Num período curto de tempo, sabemos que o *Explosives Committee* britânico conseguiu também diminuir a percentagem de nitroglicerina contida na *Cordite*, para valores próximos da *Pólvora Barreto*. Realizaram-se inúmeras experiências e foi-se verificando que era vantajoso reduzir ainda mais a percentagem de nitroglicerina. Mas a descoberta pertencia mercedamente ao Oficial de Artilharia português. Se em *Pólvoras e Explosivos Modernos* se dava conta da descoberta de Correia Barreto e inclusivamente se indicavam algumas características de índole técnica, em Março de 1895, o Exército transcrevia com regozijo a notícia publicada no periódico espanhol *Estudios Militares*, neste contexto.

Esta fábrica foi considerada uma das mais importantes unidades industriais do País no seu tempo, uma vez que dispunha da mais moderna tecnologia mecânica (Vargas, 1998).



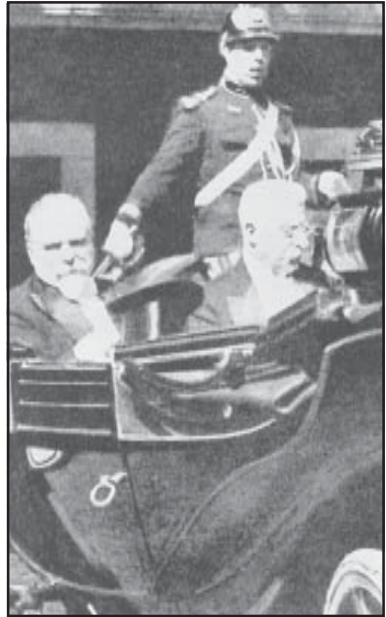
**Figura 6** - Correia Barreto no Laboratório de Química da Fábrica de Pólvora de Chelas

Fonte: Santos, 1911, página não numerada entre pp. 388 e 389

Sublinhemos que internacionalmente a *Pólvora Barreto* também teve um sucesso assinalável. Com efeito, em Granada, onde era fabricada para o Exército Espanhol, foi igualmente testada e obteve resultados superiores aos obtidos com as outras pólvoras até então usadas. Os resultados foram de tal forma significativos que a sua fórmula química passou a ser utilizada na grande generalidade das pólvoras sem fumo da época, incluindo a de Nobel. Em 1898, Moch refere-se à *Pólvora Barreto*, que tinha sido testada mais uma vez: "*Reuniu no dia 12 de Março no ministério da guerra a comissão encarregada de proceder ao estudo químico da pólvora sem fumo do capitão de artilharia – Sr. António Xavier Correia Barreto. A análise química demonstrou que essa pólvora é mais estável ao calor do que a que actualmente é usada no nosso exército; que é superior à Mauser, do exército espanhol; e não inferior à Cordite, adoptada pelo exército inglês. (...) No relatório da comissão sobre as experiências feitas, presta-se a devida homenagem ao sr. Capitão Barreto pelo seu invento e diz-se, com toda a verdade e justiça, que a descoberta daquele oficial é uma honra para o exército português*" (Moch, 1899, pp. 5 e 6).

Correia Barreto dirigiu a fábrica até Janeiro de 1901, tendo sido ainda encarregado de dirigir o processo de ampliação, no ano de 1908. Em 1910, quando se dá a implantação da República, a *Pólvora Barreto* era utilizada no carregamento das espingardas de 8mm e de 6,5mm, nas carabinas de 6,5mm e no cartucho da peça de campanha de 7,5 de tiro rápido (Santos, 1911). É de referir que a descoberta da fórmula da pólvora sem fumo de Correia Barreto (e a sua posterior produção industrial) foi de vital importância para Portugal, uma vez que se conseguiu evitar o pagamento de uma avultada quantia de dinheiro que uma

fábrica alemã exigia pelo segredo das manipulações químicas. Por outro lado, permitiu ainda que Portugal não estivesse na dependência do estrangeiro para o fornecimento de munições ao Exército, o que mais tarde veio a ser crucial com a participação portuguesa na I Guerra Mundial. Sem surpresa, é no posto de Coronel que encontramos Correia Barreto no Directório do Partido Republicano e com papel de relevo, perto de Cândido dos Reis, na Revolução de 5 de Outubro de 1910 (Pinto, 1998).



**Figura 7** - Correia Barreto acompanhando o recém-eleito Presidente da República, António José de Almeida, a caminho da sua tomada de posse

Fonte: *Ilustração Portuguesa*, 13 de Outubro de 1919

### 3. MAÇONARIA, "JOVEM TURQUIA" E RECONTRO COM A HIERARQUIA MILITAR

*"É a maçonaria a grande mãe das revoluções. A obra da Revolução Portuguesa também à maçonaria se deve única e exclusivamente."*

Machado Santos (Santos, 1916, p. 24)

Como figura catalisadora de diversas linhas do pensamento republicano, encontramos na sua ligação com os *Jovens Turcos*, a evidência de quão activamente Correia Barreto teria estado nas lutas políticas de 1908, com Afonso Costa. E também por isso se depreende, de uma forma convergente, o seu aparecimento no Governo Provisório de 5 de Outubro de 1910. Recorde-se que Correia Barreto foi iniciado na *Loja Portugal* em 1893, à qual também pertencia, pelo menos, Vitorino Guimarães. Aliás, é evidente a importância manifesta que assiste na relação desta Loja com a "*Jovem Turquia*" (Marques, 1986a).

Escrito pouco depois do 5 de Outubro de 1910 e publicado em 1911, recordemos que o famoso relatório de Machado Santos intitulado de *A Revolução Portuguesa*, constitui uma das fontes mais interessantes para melhor se perceber a história da Revolução Republicana, especialmente para a narrativa dos factos ocorridos entre a noite de 3 de Outubro de 1910 e a manhã do próprio dia da Revolução.

Na revolução que levou à implantação da República, é importante sublinharmos que a participação de alguns oficiais da "*Jovem Turquia*" foi essencial. Entre outros domínios onde se verificou útil a sua colaboração, sabe-se que no campo da preparação estratégica, duas linhas são de imprescindível referência: por um lado, Machado Santos preparou o campo da Marinha, sendo também um elemento de responsabilidades junto da Carbonária; por outro lado, Afonso Pala e Sá Cardoso, como se sabe, trataram de desenvolver acções indispensáveis junto de algumas Unidades do Exército localizadas em Lisboa, nomeadamente, Infantaria 16 e Artilharia 1 (Pinto, 2002).

Sejamos claros: a imparcialidade com que se deve reger a visão histórica desse período, não pode escamotear o facto de que a Primeira República é obra maçónica (entre outros, ver Arnaut, 2000 e Carvalho, 1976). Com elevado pragmatismo, a política levada a cabo então, traz, indelevelmente, o cunho da Maçonaria. A posição laicista, anti-católica e anti-clerical da Primeira República é, em todas as suas acepções, maçónica.<sup>20</sup> E isto, para o bem e para o mal, pois as dificuldades sentidas na génese



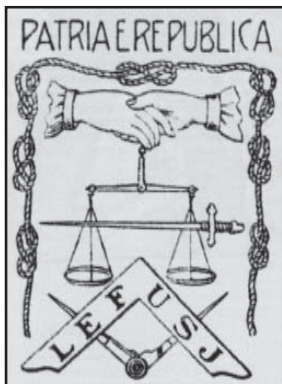
Fonte: Rosado, 2008, pp. 564 e 565

**Figuras 8 e 9** - Correia Barreto como titular da Pasta da Guerra aquando do Governo Provisório da República, em postal e em fotografia da época

<sup>20</sup> É útil referir que mais de 50% dos Ministérios da Primeira República eram tutelados por maçons. E a totalidade do seu tempo de Governo elevou-se a mais de 65% do período completo de vigência da Primeira República (Marques, 1986a, cols. 154 e 155).

da República Portuguesa são diversas e, em muito, reflectem as fragilidades a que a própria Maçonaria seria exposta e que, mais tarde, o Estado Novo não se dispensaria de recordar e, nesse sentido, agir conforme entendeu mais ajustado perante os desígnios da sua agenda política (Dias, 1980 e Marques, 1998).

A referência mais recuada que se encontra sobre a "*Jovem Turquia*" está presente nas Constituintes de 1911, na sessão de 16 de Agosto, e surge como um trocadilho.<sup>21</sup> Oliveira Marques acaba por situar a criação deste grupo entre os finais de 1911 e o início de 1912 (Marques, 1986b, cl. 807). E ainda que possamos dizer que nenhuma fonte assevera que a sua constituição seja anterior à nomeação do Gabinete de Correia Barreto, todavia, é possível e até muito provável, que o grupo já se encontrasse constituído alguns meses antes. Com efeito, sublinhe-se que na composição do conjunto de colaboradores do Gabinete<sup>22</sup> do então Coronel Correia Barreto, encontrava-se a quase totalidade dos "*Jovens Turcos*" (APE, [s.d. b]).<sup>23</sup>



Fontes: Martins, [s. d.], p. 18 e Cardoso, 1947, página não numerada entre pp. 50 e 51

**Figuras 10 e 11** - Os símbolos da "*Jovem Turquia*" e o Gabinete do Ministro da Guerra do Governo Provisório da República<sup>24</sup>

<sup>21</sup> Pode consultar-se Madureira sobre este ensejo: "*Negros pessimistas, sombrios profetas da desgraça, que não podem ver arqueiro que não lhes pareça cavaleiro que, por na sala haver um canteiro florido de 'Jovens Turcos', já na Turquia nos julgam a todos*". Cfr. Madureira, 1915, p. 613.

<sup>22</sup> Ministério da Guerra, de acordo com a designação da época.

<sup>23</sup> Além disso, não terá sido certamente por mero acaso que Correia Barreto desempenhou o cargo de Grão-Mestre da Maçonaria interino em Agosto de 1912, tendo sido Adjunto no período de 20 a 25 de Janeiro de 1913. Sabe-se que chegou posteriormente a atingir o 7.º grau em 1918 e foi ainda Venerável da Loja Acácia.

<sup>24</sup> "*Jovens Turcos*" - 1.º Plano: Sá Cardoso, Correia Barreto, Álvaro Pope; 2.º Plano: Manuel Luís dos Santos, Américo Olavo, Hélder Ribeiro, Rui Ribeiro, Vitorino Guimarães e Álvaro de Castro.

Alguns meses depois, estes homens estavam em plena Assembleia Constituinte. E é em relatos desta Assembleia que, em Agosto de 1911, percebemos a sua primeira nomeação.<sup>25</sup> Naquilo que é a análise desprendida da *"Jovem Turquia"*, podemos verificar um dos pontos que melhor caracterizam Correia Barreto enquanto republicano e enquanto militar. Um militar seguro das suas convicções e disposto a ser um dos agentes da mudança estrutural que se impunha realizar, e que nesse sentido desenvolveu os mais diversos esforços para inverter a situação tendencialmente dramática em que o movimento republicano se encontrava no topo da hierarquia militar.

Mais uma vez, Correia Barreto iria saber como fazer a diferença. Também, mais uma vez, saberia que seria essencial não seguir os cânones tradicionais castrenses para que se perspectivasse da melhor forma os desígnios que o novo regime impunha. Assim, não encontrando a possibilidade de republicanização na própria hierarquia do Exército, Correia Barreto faz apelo a uma outra hierarquia que conhecia muito bem: a maçónica.

Será através desta outra instituição que Correia Barreto tentará obter aquilo que a força dos Decretos e da legislação atinente, nunca permitiriam em tempo oportuno: *"criar uma base social de apoio ao movimento republicano dentro do oficialato"* (Pinto, 2002, p. 65). Aliás, é preciso sublinharmos que o Ministro da Guerra está a subverter tudo: é um grupo de Tenentes, muito brevemente Capitães, que dirige grande parte da política do Ministério aquando do Governo Provisório. Mas mais: trata-se de um grupo de militares que em nada faz transparecer o acatamento do respeito aos juramentos de honra pela hierarquia. Já nas lutas políticas antes do 5 de Outubro, e perfazendo aquilo que também era apontado para Correia Barreto, os *"Jovens Turcos"* não haviam respeitado os princípios da neutralidade política que os militares deveriam acatar.

De facto, os *"Jovens Turcos"* inverteram todo o esquema da hierarquia castrense, respeitando um outro, que para eles era muito mais importante: o esquema da hierarquia maçónica. Aliás, notemos que não é de estranhar essa substituição relativa no seu horizonte de valores. Com efeito, tratava-se de um grupo de homens claramente sós no seio de uma instituição que lhes era francamente hostil. Assim, esta relatividade de valores não se assumia de todo como uma opção discricionária; era exactamente o instrumento que não só consentia a

---

<sup>25</sup> Autores como Joaquim Madureira e Rocha Martins chegam mesmo a apelar de *"Jovens Turcos"* os membros que constituíam o Gabinete de Correia Barreto em 1910.

prossecação dos seus objectivos, mas também permitia a sua defesa informal enquanto grupo de pressão e grupo de influência.<sup>26</sup>

É preciso referir que, neste grupo, Correia Barreto conjugava todos os jovens oficiais do Exército importantes no 5 de Outubro.<sup>27</sup> Sublinhe-se até que nesses "Jovens Turcos" estavam representadas todas as Armas do Exército,<sup>28</sup> além do Ajudante-de-Campo do Almirante Reis, Hélder Ribeiro, que nem propunha Correia Barreto para Ministro (Ramos, 1994, p. 368).



Fontes: Postais da época e desenho de F. Valença, "Varões Assinalados", datado de Março de 1911

**Figuras 12, 13 e 14** - Caricaturas aquando Governo Provisório de 1910/11 (na última, Correia Barreto protege a sua Reforma das Forças Armadas)

<sup>26</sup> Sendo um dado praticamente assumido por todos os autores a base maçónica deste grupo, deve sublinhar-se que a generalidade dos seus membros, tal como o seu dirigente e o seu inspirador primeiro, Correia Barreto e Afonso Costa, respectivamente, eram maçons, com cargos elevados dentro da estrutura maçónica (Marques, 1986b, cols. 807 e 808). Porém, Oliveira Marques, no breve artigo que insere no seu *Dicionário de Maçonaria Portuguesa*, não indica que se tratava de uma instituição propriamente maçónica, devendo alguma obediência, ou funcionando mediante algum rito, iniciação, etc. É de aceitar, sim, a confluência de maçons, de origem militar, em ideais e políticas comuns para o Exército.

<sup>27</sup> Para Manuel Villaverde Cabral, era Norton de Matos que estava à frente deste grupo de militares (Cabral, 1988).

<sup>28</sup> A proximidade maçónica entre alguns destes elementos era já longa. Correia Barreto fora iniciado em 1893 na *Loja Portugal* (ver por exemplo Marques, 1986b); nessa mesma Loja fora também iniciado, no mesmo ano, Sá Cardoso (que foi o Chefe de Gabinete de Correia Barreto em 1910/1911) e Afonso Pala, que participara na organização do 31 de Janeiro.

Por isso, a solução Correia Barreto juntava esta herança do tragicamente morto Almirante para o seu Ministério, como que assegurando a continuidade e, fundamentalmente, assimilando aquele que tinha sido estrategicamente responsável pelo 5 de Outubro. Também, por esta razão, a relação entre Correia Barreto e os "*Jovens Turcos*" não deve ser lida dentro da estrutura militar, mas sim dentro das relações maçónicas que eram comuns a quase todos eles<sup>29</sup> e dentro dos equilíbrios políticos que tinham resultado da revolução, nomeadamente após a morte do Almirante Reis.

Neste ensejo, o sentido da relação criada é quase simbiótico. Correia Barreto só pode aplicar as suas reformas – com destaque inequívoco para o Decreto de 25 de Maio de 1911<sup>30</sup> – se inferir de alguma base de apoio. Estes jovens oficiais constituíam a sua mais evidente possibilidade e era verdade que o seu papel poderia ser maximizado. Por outro lado, é sabido que estes mesmos jovens oficiais, na medida em que se encontravam comprometidos com o movimento republicano (muitos deles, desde o ano de 1908), seria potencialmente em Correia Barreto que poderiam encontrar a oportunidade de realizar a sua utopia político-militar.<sup>32</sup>

É em consequência disso que, até 1926, e em comum para além da base maçónica, encontramos um profundo sentimento democrático que unirá, por mais algumas vezes,<sup>33</sup> Correia Barreto a estes "*Jovens Turcos*", nomeadamente, a luta

---

<sup>29</sup> É interessante recordar que em 1898 Sá Cardoso passou a coberto, tendo sido regularizado em 1911 na *Loja Acácia*, que era, então, a Loja a que Correia Barreto pertencia e que teve alta influência na preparação do 5 de Outubro. Sá Cardoso pertenceu posteriormente, ainda, à *Loja Liberdade*.

<sup>30</sup> Como se sabe, além da fundação do então *Instituto Profissional dos Pupilos do Exército de Terra e Mar* no seio da *Obra Tutelar e Social do Exército de Terra e Mar* (que englobava também o *Colégio Militar* e o *Instituto Feminino de Educação e Trabalho*, actual Instituto de Odivelas), este Diploma inferia também transformações a vários níveis para a Instituição Castrense, atinentes sobretudo ao campo da educação, do ensino, da instrução e do treino.

<sup>31</sup> Hélder Ribeiro, Ajudante de Campo de Correia Barreto, foi iniciado em 1911, passando depois a pertencer à *Loja Liberdade*, a que também pertenceu Sá Cardoso, como aludimos anteriormente.

<sup>32</sup> Desde a última década de oitocentos que alguns dos oficiais referenciados tinham um percurso maçónico próximo e comum. No Ministério da Guerra, tutela de Correia Barreto, encontravam-se não só elementos maçons iniciados numa mesma Loja, mas sobretudo homens que partilhavam ideais comuns, ideais esses que não surpreendentemente os levaram a perfilhar um percurso pelas mesmas Lojas: em primeiro lugar, à *Loja Portugal*, depois à *Loja Acácia* e, por fim, à *Loja Liberdade*.

<sup>33</sup> Numa breve síntese do percurso maçónico de alguns dos "*Jovens Turcos*", temos a *Loja Portugal* (1893), com Correia Barreto e Sá Cardoso, a *Loja Acácia* (1911), que a esses dois últimos nomes apresenta Hélder Ribeiro, e finalmente, a *Loja Liberdade* (1930), onde encontramos Sá Cardoso, Hélder Ribeiro e Afonso Pala. Percebe-se também que já vinha de antes do 5 de Outubro aquilo que era a participação conspícuos dos futuros membros da "*Jovem Turquia*". Com efeito, Vitorino Guimarães, Álvaro Poppe, Hélder Ribeiro, Américo Olavo e Álvaro de Castro, já tinham participado no 28 de Janeiro de 1908, tendo nessa altura, inclusivamente, cooperado com Afonso Costa (Ramos, 1994).

contra a ditadura de Pimenta de Castro, a luta contra a ditadura de Sidónio Pais, a defesa da participação de Portugal na Grande Guerra, e, por último, a perseguição que o Estado Novo lhes votou.

#### 4. DAS HOMENAGENS À PERENIDADE DA SUA MEMÓRIA

*"A ingratidão é a mais imperdoável das fraquezas humanas."*

*Thomas Edison (apud Rodrigues, 2004, p. 5)*

Bastante curiosas são as homenagens que a população de Chelas e os trabalhadores da Fábrica de Pólvora – por ele instalada, por ele dirigida e por ele ampliada – lhe prestaram em 1910. Estas referências podem encontrar-se em documentos que actualmente se encontram no Museu do IMPE, onde são enaltecidas as qualidades morais, intelectuais, científicas e políticas dos "*Homens da República*" e, em especial, de Correia Barreto. Se atendermos aos sentimentos sociais e políticos que se exprimiram aquando da revolução de 5 de Outubro de 1910, estas homenagens são bastante significativas.<sup>34</sup> Um dos mais impressionantes testemunhos presentes nessas fontes guardadas em museu, é uma carta em que a população de Chelas lhe prestou um sentido voto de apreço pela forma como implantou a Fábrica da Pólvora e como a dirigiu, nomeadamente, "*pela sua constante preocupação com a segurança dos trabalhadores e com a educação dos seus filhos*" (APE, [s.d. b], p. 7).

---

<sup>34</sup> Escolhemos duas dessas homenagens. A primeira: "*Excellencia, Os abaixo assinados habitantes do populoso bairro de Chellas hauriram a largos tragos o sopro indomável da revolução que baquiou a monarchia substituindo-a pela Republica convictos que só entre os adeptos d'esta se encontravam os homens capazes de remir a Patria Portuguesa dos erros, depredações e crimes que tão tristemente assignaram o regimen que o povo na ancia fremente de liberdade, justiça e ordem baniu violentamente em 5 de Outubro. O encargo cometido a V. Exa. de sobraçar a pasta da Guerra no Governo da Republica não surprehendeu portanto os signatarios que tiveram frequentíssimas occasiões, durante o tempo que V. Exa. habitou entre elles de apreciar as suas qualidades de character. Certos que só um grupo de homens intelligentes, honestos, energeticos e generosos poderá tornar respeitado um povo que tão caluniado tem sido congratulam-se os abaixo assignados com a nomeação de V. Exa. e esta mensagem tem por único objecto a depôr em suas mãos um penhôr de absoluta confiança em vós depositam os signatários da presente. Saúde e Fraternidade, Chellas, em 5 de Outubro de 1910. Ao Exmo. Sr. António Xavier Correia Barreto, Digno. Ministro e Secretário d'Estado dos Negocios da Guerra da Republica Portuguesa. [Seguem-se oito folhas de assinaturas]*". A segunda

Mas devemos recordar que, anos antes, já havia sido tentada uma outra maneira de recompensar este Oficial. Uma vez que a sua acção relativamente à *Pólvora Barreto* tinha atingido notáveis resultados económicos, pensou o General Sebastião Telles, antigo Ministro da Guerra e deputado ao Parlamento, em traduzir também em dinheiro a recompensa. Assim, foi elaborada e apresentada no Hemiciclo, uma Proposta de Lei, em 24 de Março de 1909, para conferir ao então Coronel Correia Barreto o prémio pecuniário de doze contos de reis. Na referida proposta podia ler-se: *"como prova de reconhecimento do serviço relevante prestado ao paíz (...) que ele estudou e estuda muito, trabalhou e trabalha muitíssimo, tendo dado e dando ainda os óptimos frutos da sua energia em benefício único do seu paíz, sem outra remuneração que não fosse o seu vencimento ordinário como oficial de Artilharia (...) e por isso se apresenta a dita Proposta de Lei, visando não a recompensar condignamente o relevante serviço prestado ao paíz, mas*

---

homenagem, é esta: *"Exmo. Cidadão, No meio do nosso labor quotidiano não podem certamente passar despercebidos aos filhos do povo, os superiores dotes de character de todos aquelles, que subindo pelos seus talentos a posições sociaes elevadas, não olvidando nunca os humildes trabalhadores, dispensando-lhes, em todas as ocasiões os seus disvellos, carinhos e atenções. Eis o motivo principal porque vimos hoje felicitar-vos. O nome de António Xavier Correia Barreto, de há muito conquistára em nossos corações, uma parcella importante de sympathia e respeito, que nêstes ultimos tempos se fundio na mais justa e sincera admiração. E essa admiração justifica-se nos actos da vossa vida publica de portuguez illustre, cujo nome jamais deixará de se destacar na sciencia e na politica nacionaes, da mesma forma como se destacam com todo o brilho e fulgôr, no vasto e celeste firmamento, os meteoros d'extrema grandeza. Os vossos trabalhos e estudos scientificos, a independencia do vosso character e as aspirações, de homem moderno desprendido de crenças, preconceitos e tradições, há muito expendidos sem receios d'especie alguma, foram as recommendações mais que sufficientes, para que aquelles que tomaram parte na jornada gloriosa, do já hoje histórico dia 5 d'Outubro de 1910, não vos esquecessem. O renascimento d'uma sociedade que d'alto a baixo necessita ser refundida e reformada, carecia para um tal esforço, d'um grupo de homens impolutos, dignos, sinceros e sobretudo possuidores d'uma alta envergadura intellectual. Vós sois um d'esses e por tal motivo mereceis todas as nossas homenagens. E teem ellas toda a razão de ser, ao contemplarmos a rapida obra de regeneração nacional, que o Governo Provisório da República Portuguesa, do qual vós tão dignamente occupaes a pasta da Guerra, vem fazendo desde a data memoravel da sua constituição. Sim, plenamente satisfeitas as nossas aspirações politicas, sociaes e anti-religiosas, rejubilamos pela formal demonstração feita a todo o mundo culto, de que neste canto occidental da Europa, existe ainda um povo, outrora tão afamado, que embora depauperado por tantos seculos d'immoralidades e oppressões, deseja tomar o respectivo logar, que lhe compete no convivio da civilização moderna, tomando por lemmas o trabalho, a paz e a liberdade. Aceitai pois a expressão sincera do nosso immenso reconhecimento, pelos altos servicos por vós já prestados á patria portugueza. Ao Exmo. Cidadão António Xavier Correia Barreto. Digmo. Ministro da Guerra do Governo Provisório da Republica Portuguesa. Lisboa, 20 de Novembro de 1910. Saude e Fraternidade. Vossos admiradores. Em nome do pessoal da Fabrica da Polvora em Chellas. [Assinaturas]".* Para consulta dos originais, cfr. Museu do IMPE.

*unicamente a patentear que a Nação não esquece os que a servem com zelo e dedicação, não representando o pagamento da dívida, que a Nação contraiu com o Coronel Correia Barreto, mas unicamente como demonstração do seu reconhecimento"* (Vargas, 1998, pp. 4 e 5).

Porém, a instabilidade política que se vivia então, levou o Parlamento a nem discutir o documento. Ficava assim por premiar o génio do cientista que inventara uma pólvora sem fumo de características excepcionais, a *Pólvora Barreto*, cuja produção começara em 1898. A outra homenagem, despojada de medalhas mas cheia de sentimento, foi a prestada pelos Pupilos do Exército – Instituição e antigos alunos –, que mesmo após as alterações políticas de 1926 que o destituíram do Senado e de todas as aspirações políticas, sempre o consideraram como o *Fundador do Instituto*. Foi aquele que era sempre convidado para as cerimónias oficiais, quer académicas quer militares, aquele que nos jornais internos era sempre objecto de toda a admiração e, aquele a quem, depois de morto, se passou a fazer romagem à última morada até aos dias de hoje.

De facto, no que concerne à sua relação com os Pupilos do Exército, Correia Barreto assume um lugar muito especial nos significados de referência para a comunidade estudante. Deparamo-nos frequentemente com a sua presença nas aulas pela alusão à sua memória, nas cerimónias mais emblemáticas da Escola e nas tradições dos alunos, entre outras vertentes. Nesta afinidade muito especial entre o General Correia Barreto e esse Instituto, salientemos ainda um aspecto muito significativo

e revelador que, no âmbito formal, não é despidendo à nossa análise. Trata-se exactamente do facto de todos os documentos relativos à criação do Estabelecimento terem sido assinados pelo seu próprio punho. Com efeito, da investigação aos documentos emanados pelo seu Ministério à época sobre os Pupilos do Exército, constata-se uma evidência sobremaneira importante: quando o General Correia Barreto deixa a Pasta da Guerra, essa Escola já percorrera todas as etapas conducentes à sua real concretização no terreno (Pinto, 2000).



Fonte: Mediateca do IMPE

**Figura 15** - Honras Militares pelos Alunos do IMPE no Cemitério dos Prazeres, junto ao jazigo do General António Xavier Correia Barreto

Finalmente, num imprescindível relance de memória, é imperioso que – nesta sede de compasso histórico – recordemos a homenagem da Pátria ao soldado desconhecido no ano de 1921. Como sabemos, na Sala do Capítulo do Mosteiro da Batalha, encontra-se o *Túmulo do Soldado Desconhecido* da Grande Guerra 1914-1918.<sup>35</sup> Em Abril de 1921, o General António Xavier Correia Barreto, aquando da sessão de chegada dos restos mortais dos dois militares – falecidos em combate na Flandres e em África – a sepultar no Monumento ao Soldado Desconhecido, discursou.

Para que não se apague a memória, e porque também esta é talvez uma das melhores formas de nós próprios homenagearmos tão ilustre cidadão, aqui ficam as palavras que Correia Barreto proferiu: *"Senhor Presidente da República, Senhores Congressistas: Cabe-me a honra de saudar, em nome do Congresso da República, o valor português simbolizado nos dois heróis desconhecidos que desde hoje são nossos hóspedes. A homenagem que prestamos aos dois humildes soldados, é, no mistério que os envolve, a glorificação da raça portuguesa, raça de aventura, de sonho e de sacrifício. Os dois mortos são a Pátria com o seu nome épico, as suas sublimes glórias e os seus desfalecimentos. Se este dia é de luto, porque recorda aos corações portugueses a perda de seus filhos queridos, é também de festa dos Heróis, que combatendo pela liberdade do mundo, cimentavam, à custa do seu sangue, a independência e a felicidade da Pátria. Apagados os ecos das tremendas batalhas, depositas as armas pelos bravos combatentes da Grande Guerra, e volvidos aos seus pacíficos lares, cabe a nós não deixar estéril o sacrifício do sangue português vertido com tanta honra. Unamo-nos todos, como um só homem, para, com o nosso esforço contínuo e constante e persistentemente aplicado, tornarmos a Pátria num Portugal Maior, e nada será mais agradável, nem maior prémio ambicionarão os que pela Pátria se bateram. O exemplo está dado e por quem, em nome do Povo Português, o podia dar: o Parlamento da República vai conceder a ampla amnistia aos presos políticos para que todos os portugueses, nesta hora grave para a Pátria, se entendam na Santa Jornada do engrandecimento da terra portuguesa, fazendo com que para ela raiem dias de felicidade e de*

---

<sup>35</sup> O Convento de Santa Maria da Vitória (mais conhecido como Mosteiro da Batalha), tem a condição de Monumento Nacional desde 1910. Considerado como Património Mundial pela UNESCO, o Mosteiro da Batalha foi eleito como uma das sete maravilhas de Portugal em 7 de Julho de 2007. Este monumento foi mandado edificar por D. João I como agradecimento do auxílio divino e celebração da vitória na Batalha de Aljubarrota, sendo sabido que em 1388 já ali viviam os primeiros dominicanos.

*beleza que serão a recompensa de tanto heroísmo e de tanto sacrifício dos que pela Pátria morreram"* (Fonte: Centro de Documentação e Memória da APE).



**Fontes:** Redacção do Boletim da APE e quadro em óleo sobre tela de Sousa Lopes (1897-1944), "*Funeral do Soldado Desconhecido*", datado de 1927, presente no Museu Militar em Lisboa

**Figuras 16 e 17** - *O Túmulo do Soldado Desconhecido e as viúvas, de negro, acompanhando o féretro do soldado morto em combate*

## CONCLUSÕES

A vida e a obra do General António Xavier Correia Barreto assumem-se como um exemplo real daquilo que é contribuir, enquanto militar e enquanto cidadão, para que as Forças Armadas sejam também um factor de desenvolvimento e de modernização da sociedade. É esse o seu maior legado, alicerçado nos valores pátrios mais emergentes e na urgente advertência pelo significado do trabalho. Para Correia Barreto era *"absolutamente indispensável ser superior: superior pelo carácter, pelo coração, pelo espírito, pela educação e pela instrução"*.

Correia Barreto foi quase tudo o que um cidadão poderia ter sido na Primeira República e combateu todos os regimes não democráticos que emergiram entre 1910 e 1926. Sem surpresa, o seu processo de construção historiográfica nunca se assumiu como uma tarefa simples, até porque ao Estado Novo interessava que este personagem *"não passasse à História"*, por todos os motivos.

Felizmente, isso não se concretizou. O General António Xavier Correia Barreto ocupa hoje, muito merecidamente, o seu lugar na nossa História, sendo uma das mais altas figuras ligadas com a implantação da República. Quando em

2010 se comemora o centenário da República Portuguesa, é oportuno que a memória colectiva exalte os seus maiores vultos. A Academia Militar, enquanto estabelecimento de ensino superior público universitário militar, não poderia estar apartada desse desígnio.

Correia Barreto marcou indelevelmente os destinos de Portugal por diversas vezes. Não só foi o inventor de um tipo particular de pólvora que concedeu uma muito ambicionada independência financeira e técnica no campo da produção de material de guerra, como também tendo sido um dos implicados na Revolução de 5 de Outubro de 1910, nunca deixou de abraçar os ideais democráticos em prol de um Portugal mais moderno e plural.

E se na hierarquia militar chegou ao posto de General num trajecto de carreira nada isento de dificuldades, foi no âmbito político, enquanto Deputado, Ministro da Guerra, Senador e Presidente dessa Câmara legislativa (desde 1915 até ao seu encerramento em 1926), que demonstrou - mais uma vez - pela natureza da sua postura e pela rectidão do seu carácter, aquilo que de melhor se poderia ser como cidadão e como republicano.

Dentro do propósito de fortalecimento da base social de apoio aos ideais do novo regime e do desenvolvimento de uma verdadeira "*Educação Republicana*", situou-se, entre outras medidas políticas por si protagonizadas, a criação do *Instituto Profissional dos Exércitos de Terra e Mar*, actual Instituto Militar dos Pupilos do Exército. Este Estabelecimento Militar de Ensino nunca esqueceu o seu Fundador, e prestes a comemorar também – em 25 de Maio de 2011– o seu centenário, orgulha-se de ter como figura tutelar tão brilhante e distinto Português.

## BIBLIOGRAFIA

APE [s.d. a]. *António Xavier Correia Barreto - Síntese Biográfica*, Associação dos Pupilos do Exército, Lisboa.

APE [s.d. b]. *Biografia do General António Xavier Correia Barreto*, Associação dos Pupilos do Exército, Lisboa.

ARNAUT, António (2000). *Introdução à Maçonaria*, Coimbra Editora, Coimbra.

ARQUIVO HISTÓRICO MILITAR. *Processo Individual de António Xavier Correia Barreto*, folhas não numeradas.

- CABRAL, Manuel Villaverde (1988). *Portugal na Alvorada do Século XX. Forças Sociais, Poder Político e Crescimento Económico de 1890 a 1914*, Editorial Presença, Lisboa.
- CARDOSO, Sá (Org.) et al. (1947). *In Memoriam*, [s.n.], Lisboa.
- CARVALHO, António Carlos (1976). *Para a história da maçonaria em Portugal (1913-1935): alguns subsídios recolhidos por António Carlos Carvalho*, Editorial Veja, Lisboa.
- CML/CMT (2004). *Correia Barreto. 1853-1939. Fundador dos Pupilos do Exército*, Câmara Municipal de Lisboa/Comissão Municipal de Toponímia, Lisboa.
- DIAS, Augusto (2003). "Notícias do Instituto" in Vários, *Boletim da Associação dos Pupilos do Exército*, N.º 188, Associação dos Pupilos do Exército, Lisboa, Janeiro a Março, pp. 14 e 15.
- DIAS, Graça Silva e DIAS, J. S. da Silva (1980). *Os primórdios da maçonaria em Portugal*, Instituto Nacional de Investigação Científica, Lisboa.
- MADUREIRA, Joaquim (1915). *A Forja da Lei. A Assembleia Constituinte em Notas a Lápiz*, F. Franca Amado Editor, Coimbra.
- MARQUES, A. H. de Oliveira (1986a). *Dicionário de Maçonaria Portuguesa*, Vol. I, Editorial Delta, Lisboa.
- MARQUES, A. H. de Oliveira (1986b). *Dicionário de Maçonaria Portuguesa*, Vol. II, Editorial Delta, Lisboa.
- MARQUES, A. H. de Oliveira (1991). "Da Monarquia para a República" in MARQUES (Coord.) et al., *Nova História de Portugal*, Vol. XI, 1.ª Edição, Editorial Presença, Lisboa.
- MARQUES, A. H. de Oliveira (1998). *A maçonaria em Portugal*, Gradiva, Lisboa.
- MARTINS, Rocha [s.d.]. *Pimenta de Castro*, Edição do autor, Lisboa.
- MOCH, A. (1899). *A Pólvora sem fumo e a tática*, [s.n.], Lisboa.
- PINTO, Paulo Mendes (2000). *Pupilos do Exército 1911*, Instituto Militar dos Pupilos do Exército/Associação dos Pupilos do Exército, Lisboa.
- PINTO, Paulo Mendes (2002). *António Xavier Correia Barreto: Biografia de um Presidente do Senado*, Assembleia da República, Lisboa.

- PINTO, Paulo Mendes (2003). "O Fundador, 150 anos após o seu nascimento" in Vários, *Boletim da Associação dos Pupilos do Exército*, N.º 188, Lisboa, Associação dos Pupilos do Exército, Lisboa, Janeiro a Março, pp. 24 a 27.
- PINTO, Paulo Mendes (2008). "Biografia de António Xavier Correia Barreto. Nós e a memória: entre mitos e realidade. A geneologia do mito do fundador" in Separata do *Boletim da Associação dos Pupilos do Exército*, N.º 169, Associação dos Pupilos do Exército, Julho a Setembro, Lisboa.
- RAMOS, Rui (1994). "A Estranha Morte da Monarquia Constitucional" in MATTOSO, José (dir.). *História de Portugal*, Vol. VI, Editorial Estampa, Lisboa.
- RELVAS, José (1977). *Memórias Políticas*, Vol. 1, Terra Livre, Lisboa.
- RODRIGUES, Arlindo (2004). *A Escola e a Cidadania: tradição e modernidade*. Lisboa, Plátano.
- ROSADO, David Pascoal (2008). *Pupilos do Exército: Uma Interpretação Sociológica*. Lisboa: MailTec.
- SANTOS, João António Correia dos (1911). *Problemas Resolvidos de Manipulações de Chimica. Para uso dos Lyceus [...]*, III Volume, Lisboa: Typ. da Cooperativa Militar.
- SANTOS, Machado (1916). *A Ordem Pública e o 14 de Maio*, Papelaria e Tipografia Liberty, Lisboa.
- SIMÕES, J. M. de Oliveira (1892). *A Escola do Exército. Breve notícia da sua história e da sua situação actual*, Imprensa Nacional, Lisboa.
- VARGAS, Rui dos Santos (1998). "Pólvora Barreto. Centenário da Produção Industrial" in Separata do *Boletim da Associação dos Pupilos do Exército*, N.º 170, Associação dos Pupilos do Exército, Outubro a Dezembro, Lisboa.
- ROYAL MILITARY ACADEMY. (1994). *Serve to Lead (An Anthology)*, The Royal Military Academy, Sandhurst.

